

# **FRAGILIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DOS MORADORES DE RUA DA CIDADE DE MARÍLIA.**

Leandro Tosta de Oliveira, Edemir de Carvalho. - Sociologia - Ciências Sociais - Departamento de Sociologia e Antropologia - Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

Uma questão que permeia as sociedades desde longa data diz respeito aos moradores de rua, esta parcela da população que se encontra excluída dos meios de subsistência e que geralmente é vista de forma estigmatizada com sendo vagabundos que simplesmente não querem trabalhar. Esta pesquisa possui como foco principal a discussão sobre a formação da identidade social dos moradores de rua, entretanto, se faz necessário discutir as formas de políticas públicas que são implementadas afim de “resocializar” estes indivíduos, justamente por termos como hipótese que esta influencia diretamente na constituição daquela.

A questão da identidade vem sendo discutida dentro da área de humanas norteadas o trabalho em diversos campos de pesquisas, principalmente, na área de antropologia e sociologia. A discussão sobre este tema pode muitas vezes ser alvo de críticas, como a de ser um tema pertencente à Psicologia. No entanto a questão da identidade pode ser dividida em dois níveis: o da identidade pessoal (individual) e o da identidade social (coletiva), sendo que o primeiro seria alvo, mais especificamente, de pesquisas voltadas para a área de psicologia que terá como objetivo a busca da questão do eu; já no segundo nível é onde a identidade social se concretiza efetivamente e o estudo se volta para as áreas de antropologia e sociologia. Existem estudos que trabalham metodologicamente interconectada a questão da identidade.

Segundo o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira a separação da identidade em níveis “permite estudar a identidade como antropólogos ou sociólogos, sem cairmos em certos ‘psicologismos’ tão comuns a uma dada ordem de investigação interdisciplinar (...)”. No caso do estudo sociológico o interesse por este tema se consiste no “tipo de vida coletiva, (...) que levam aqueles que pertencem a uma categoria particular”. Entendendo o termo categoria como algo abstrato podendo ser aplicado a agregado.

A identidade social remete-nos a questão de grupo social que, no caso dos moradores de rua, se vincula diretamente ao conceito de estigma ? “um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” ? definido por Goffman. É em associação com, ou separação de, seus companheiros mais visivelmente estigmatizados, que a oscilação da identificação do indivíduo é mais fortemente marcada. Goffman distingue os estigmas em três tipos, sendo relevante para o estudo dos moradores de rua o segundo tipo que é definido como sendo os estigmas de culpas de caráter individual que são percebidos como vontade fraca, desonestidade que são constatados a partir de depoimentos de distúrbio mental, alcoolismo, desemprego, dentre outros.

A pessoa estigmatizada tende a “estratificar seus ‘pares’ conforme o grau de visibilidade e imposição de seus estigmas”. Dessa forma, ele toma determinadas atitudes parecidas com a que o normal tomaria em relação a ele. Portanto a identidade social surge como a atualização do processo de identificação. A definição da identidade social se realiza de acordo com os interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão.

A pesquisa realizada visa identificar até que ponto as instituições prestadoras de serviços contribuem para a “fragilização” da identidade social bem como para a afirmação da nova identidade social, construída a partir de estigmas que são alimentados a respeito destes indivíduos. A constatação deste processo que se realiza na relação social entre moradores de rua e as instituições, assim como daquelas relações entre os próprios moradores de rua, na criação de um universo particularizado, será realizada através do trabalho de campo em contato direto com o grupo a ser pesquisado, bem como com as instituições existentes na cidade de Marília, principalmente no albergue noturno São José.

A idéia é partir de observações a serem realizadas nos locais de maior convivência destes indivíduos e complementadas por entrevistas e depoimentos dos moradores de rua e dos funcionários da secretaria de bem estar social e das instituições diretamente relacionadas com a questão.

O trabalho de campo já vem sendo realizado junto ao albergue noturno São José onde foi possível realizar um contato com os moradores de rua presentes no local, bem como com funcionários da instituição e com funcionários da secretaria de bem estar social que estavam presentes no local.

Também já foram realizadas algumas observações na praça Maria Isabel, que constitui um espaço de convivência dos moradores de rua onde se pode notar as relações existentes entre eles.

A população de rua que usufrui dos serviços prestados pelas instituições assistenciais da cidade de Marília pode ser dividida, grosso modo, em dois grupos: um primeiro grupo seria o dos “migrantes” que estão em constante movimento pela região em busca de trabalhos temporários geralmente ligados as colheitas, constituindo este um meio encontrado por eles para garantirem sua subsistência. Este tipo de atividade acaba submetendo esses trabalhadores a uma rotatividade no “mercado de trabalho” provocando uma fragilização de sua identidade social; um segundo grupo seria daqueles que permanecem na cidade fazendo das ruas um meio de conseguirem o mínimo necessário para satisfazer as necessidades básicas do ser humano.

As políticas sociais que as instituições possuem como referência no tratamento dado aos moradores de rua acabam por se constituírem em meras ações paliativas e emergenciais, o que corroboram para a permanência destes indivíduos na situação a qual se encontram e para a fragilização de sua identidade social, já que a cada vez que o morador de rua procura estas instituições é lhe afirmado a situação de dependente destas ações.

Uma das práticas políticas que vem sendo realizadas pelos centros de triagem e “instituições congêneres, criados e mantidos pelas prefeituras” diz respeito à “expulsão” destes indivíduos da cidade fornecendo passes de ônibus para outra cidade que, conseqüentemente, fará o mesmo. Esta prática é facilmente observada na cidade de Marília através das políticas que são empreendidas pela prefeitura e se evidenciam nos discursos proferidos pela assistente social responsável pelo processo de triagem que constantemente insiste que na cidade de Marília são encontrados somente migrantes e não moradores de rua. Logo sua prática consiste em fornecer passagem para estes se deslocarem para outra cidade (dentro das possibilidades), ou para a “cidade de origem”, esta prática também pôde ser comprovada através do relato de uma funcionária do albergue que na época vivia no local: “a secretaria sempre realiza um tipo de arrastão, os funcionários percorrem a cidade tentando convencer eles voltarem para suas cidades, só não dá para força-los, mas até que a secretaria deixa-os escolherem para onde querem ir” (depoimento, 2004), no entanto este tipo de prática nunca foi mencionado pela assistente.

A principal instituição assistencial de Marília é o albergue noturno São José, por ser a única que fornece abrigo no período noturno. Anteriormente a prefeitura contribuía somente com uma ajuda financeira para o albergue, mas recentemente estão estabelecendo uma parceria com o albergue visando realizar um atendimento aos moradores em período integral, fornecendo um almoço e permitindo a permanência dos mesmos no local durante o dia, só que, segundo informações de uma funcionária, este tipo de atendimento veio a ser interrompido devido a alguns entraves burocráticos funcionando somente durante algumas semanas, passando a partir de então a ser realizado no local só o processo de triagem no período matutino. O número de assistidos nesta instituição é bastante inconstante, até mesmo pelo tipo de regulamentação que a entidade possui, já que aqueles que são atendidos pela instituição podem permanecer no local somente por três noites consecutivas.

O aspecto relevante aqui levantado é o de que as políticas realizadas pelas instituições assistenciais que atendem esses indivíduos não conseguem atingir o objetivo ao qual se destinam, ou seja, a inclusão ou resocialização, mas tendem a reafirmar a perda da identidade social e a afirmação de sua nova identidade social. Os “recém-deslocados” procuram as instituições assistenciais, tanto às das prefeituras como as filantrópicas, com o intuito de conseguirem alimentação e abrigo para dormir, neste primeiro momento eles ainda se encontram em constante busca de se reinserirem no mercado de trabalho formal, alimentam a esperança de que sua situação seja passageira e de que vão sair desta, chegando a repudiar “a identidade social de pessoas de rua enfatizando para “os outros” que não são como a maioria dos moradores de rua em cuja companhia são encontrados, mas com o passar do tempo, por conta de não conseguirem tal reinserção, começam a se utilizar das referidas instituições com maior frequência, vindo, assim, a se identificar com a situação daqueles que se encontram nas ruas a mais tempo, “a encontrar pontos de igualdade”, seja na história de vida como na situação de “dependência” das instituições que é reforçada e aprofundada com o passar do tempo. “Diferença e igualdade. É a primeira noção de identidade”.

Através do estudo das formas que se dão às relações sociais entre os agentes envolvidos neste processo se espera contribuir com um trabalho que possibilite identificar e elaborar uma reflexão crítica acerca da problemática assim delineada.